



**MÜLLER&PREI**

**Caixa de Assistência dos  
Advogados Seção do Paraná**

**Curitiba - PR**

**Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2018**

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da  
**Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná**  
Curitiba - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 e NBT TG 1000).

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Estoques

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dos estoques registrados na contabilidade da **Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná** representa R\$ 221 Mil. Não foi possível o acompanhamento dos procedimentos de contagens físicas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 e NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



# MÜLLER & PREI

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 04 de abril de 2019.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PR Nº 6.472/0-1  
REGINALDO BESCOROVAINE  
CONTADOR CRC-PR Nº 45.212/0-5

**Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná**
**Curitiba - PR**
**Balanco Patrimonial**
**Ativo**

	Em Milhares de Reais	
	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Circulante	<u>4.272</u>	<u>8.143</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.675	7.740
Contas a Receber de Clientes	70	41
Adiantamentos a Funcionários e Terceiros	297	125
Tributos a Recuperar	-	6
Estoques	221	223
Outros Direitos Realizáveis	9	8
Não Circulante	<u>18.519</u>	<u>13.404</u>
Realizável a Longo Prazo	<u>423</u>	<u>95</u>
Partes Relacionadas - Ativo	423	95
Imobilizado	<u>18.096</u>	<u>13.309</u>
<b>Total do Ativo</b>	<b><u>22.791</u></b>	<b><u>21.547</u></b>

**Passivo e Patrimônio Líquido**

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Circulante	<u>391</u>	<u>365</u>
Fornecedores	105	88
Obrigações Sociais e Trabalhistas	61	42
Obrigações Fiscais e Tributárias	2	12
Provisão p/Férias e Encargos	111	98
Outras Contas a Pagar	112	125
Não Circulante	<u>0</u>	<u>8</u>
Provisão para Contingências	0	8
Patrimônio Líquido	<u>22.400</u>	<u>21.174</u>
Patrimônio Social	21.174	19.497
Superávit do Exercício	1.226	1.677
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b><u>22.791</u></b>	<b><u>21.547</u></b>

**Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná**
**Curitiba - PR**
**Demonstração do Resultado**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./18 a 30/dez./18	01/jan./17 a 30/dez./17
Receita Operacional Líquida	14.639	12.294
Custo dos Serviços Prestados	(976)	(953)
Lucro Bruto	13.663	11.341
(Despesas)/Receitas Operacionais	(12.688)	(10.184)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.903)	(6.258)
Despesas com Pessoal	(3.071)	(2.467)
Despesas com Tributos	(177)	(52)
Benefícios Recebidos	(1.652)	(1.374)
Serviços Médicos	(199)	(190)
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos	314	157
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	975	1.157
Receitas Financeiras	458	709
Despesas Financeiras	(207)	(188)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.226	1.678
Superávit do Exercício	1.226	1.678

**Demonstração do Resultado Abrangente**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./18 a 31/dez./18	01/jan./17 a 31/dez./17
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício	1.226	1.678
Movimentação do Exercício	0	0
Resultado Abrangente do Exercício	1.226	1.678

R

**Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná**

Curitiba - PR

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em Milhares de Reais

Eventos	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Totais
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2017	16.601	2.895	19.496
Incorporação Superávit Exercício Anterior	2.895	(2.895)	0
Superávit do Exercício		1.678	1.678
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2017	19.496	1.678	21.174
Incorporação Superávit Exercício Anterior	1.678	(1.678)	0
Ajustes de Exercícios Anteriores			0
Superávit do Exercício		1.226	1.226
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2018	21.174	1.226	22.400

**Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná**

Curitiba-PR

**Demonstração dos Fluxos de Caixa  
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./18 a 31/dez./18	01/jan./17 a 31/dez./17
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Superávit do Exercício	1.226	1.678
Ajustes por:		
Alienação de Imobilizado	220	67
Depreciação/Amortização	262	175
Provisão p/ Férias e Encargos	13	23
Provisão p/ Contingências	(8)	(60)
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>1.713</b>	<b>1.883</b>
<b>(Aumento)/Redução dos Ativos</b>		
Contas a Receber de Clientes	(29)	116
Tributos a Recuperar	6	1
Estoques	2	171
Outros Direitos Realizáveis	(1)	(8)
<b>Aumento/(Redução) dos Passivos</b>		
Fornecedores	17	66
Obrigações Fiscais e Tributárias	(10)	10
Salários e Ordenados a Pagar	19	42
Outras Contas a Pagar	(13)	30
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>1.704</b>	<b>2.311</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(5.269)	(633)
Aplicações em Investimentos	0	0
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	(172)	(86)
Cauções e Depósitos	0	60
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(5.441)</b>	<b>(659)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Partes Relacionadas	(328)	0
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(328)</b>	<b>0</b>
<b>Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(4.065)</b>	<b>1.652</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	7.740	6.088
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3.675	7.740

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



## Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná

Curitiba - PR

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores em Milhares de Reais)

#### Nota 1. Informações Gerais

A "Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná" foi criada por deliberação da Assembleia Geral dos Advogados da Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR, realizada no dia 29 de janeiro de 1943, designada também pela sigla CAA/PR é regida pelo Decreto Lei nº 4.563, de 11 de agosto de 1942, regulamentado pelo Decreto nº 11.051, de 08 de dezembro de 1942, pela Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1994, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, pelo Regimento Interno da OAB/PR, por estatuto próprio e pelas demais normas pertinentes.

A CAA/PR é entidade beneficente sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, dotada de autonomia administrativa e financeira e constitui serviço público federal, nos termos dos artigos 45, § 5º e 62 da Lei nº 8.906, de 04/jul./94.

A CAA/PR tem por finalidade, dentro das possibilidades de seu orçamento:

- a) Prestar assistência aos advogados inscritos na OAB/PR e, eventualmente, a seus dependentes, na forma da legislação específica e das disposições do Estatuto, condicionada à regularidade do pagamento, pelo advogado, de anuidades à OAB/PR, e disponibilidade de recursos;
- b) Poderá promover gestões junto a empresas comerciais ou prestadoras de serviços, com vistas a obter atendimento diferenciado ou descontos em preços para os advogados, limitando sua participação em divulgar as ofertas obtidas, cabendo ao advogado usuário responsabilizar-se pelo entendimento direto com essas empresas e responder pessoalmente por encargos que assumir;
- c) Poderá promover a seguridade complementar, em benefício dos advogados inscritos nos termos do artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994; e

A CAA/PR tem bandeira e símbolo próprios, definidos por sua Diretoria.

A CAA/PR integra a Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados do Brasil - CONCAD, órgão de representação nacional com sede em Brasília, DF, junto ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

A CAA/PR tem prazo de duração indeterminado e, em caso de sua extinção, seu patrimônio se incorpora ao da Seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR.

A Emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 04 de abril de 2019.

**Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pela ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, do Conselho Federal de Contabilidade e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da entidade.

**Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

As principais políticas adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram observadas pelo regime de competência, conforme regulamentado pela legislação vigente, sendo que os direitos e obrigações da Entidade encontram-se apresentados em conformidade com os seus efetivos valores reais.

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

**a) Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos Circulantes estão reconhecidos no resultado.

**b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

**c) Estoques**

Os estoques estão avaliados pelos custos médios de aquisição, os quais não superam os preços de mercado.

**d) Contas a Receber de Clientes**

Referem-se aos valores a receber da OAB Cota Estatutária, bem como a valores a receber através de cartões de Crédito e Cheques, referentes às vendas realizadas nas farmácias do CAA/PR.

**e) Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função de vida útil, fixados por espécie de bens.



## f) Passivo Circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

## g) Provisões para Férias e Encargos

Foram constituídas provisões para férias para cobertura prevista das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos.

## Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

### 4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Sociedade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Sociedade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

### 4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela administração da Sociedade. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Sociedade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

**Risco de Mercado****Risco Cambial**

A Sociedade não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

**Risco de Crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

**Risco de Liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Sociedade e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Sociedade não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

**Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Caixa Tesouraria	3	1
Banco Conta Movimento	87	167
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	3.585	7.572
	<u>3.675</u>	<u>7.740</u>

Em 31 de dezembro de 2018, os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são remunerados por taxas que variam entre 88% e 100,9% do CDI. Os CDBs são classificados pela Administração da Entidade na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme composição apresentada:

Instituição	Remuneração	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Banco do Brasil	88% a 106% CDI	83	1
Caixa Econômica Federal	100,90% CDI	3.502	7.571
		<u>3.585</u>	<u>7.572</u>

#### Nota 6. Contas a Receber

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Contas a Receber	69	40
Cheques	1	1
	<u>70</u>	<u>41</u>

#### Nota 7. Adiantamento a Funcionários e a Terceiros

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Adiantamento a Funcionários	70	59
Adiantamentos a Fornecedores	227	66
	<u>297</u>	<u>125</u>

#### Nota 8. Estoques

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Estoque Farmácia Curitiba	221	223
	<u>221</u>	<u>223</u>

**Nota 9. Partes Relacionadas**

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
OABA Cota Estatutária	328	0
OAB Subseção Ponta Grossa	95	95
	<u>423</u>	<u>95</u>

**Nota 10. Imobilizado**

O imobilizado em 31 de dezembro de 2018 está assim composto:

Bens	Imobilizado	Depreciação Acumulada	Residual 2018	Imobilizado	Depreciação Acumulada	Residual 2017
Imóveis	13.078	(405)	12.673	12.011	(314)	11.697
Móveis e Utensílios	2.163	(187)	1.976	984	(104)	880
Instalações	36	(5)	31	20	(4)	16
Máquinas e Equipamentos	7	-	7	7	-	7
Veículos	220	(10)	210	253	(11)	242
Equipts. de Informática	471	(105)	366	219	(56)	163
Software	217	(53)	164	185	(15)	170
Obras em Andamento	1.684	-	1.684	57	-	57
Terrenos	985	-	985	77	-	77
Total	<u>18.861</u>	<u>(765)</u>	<u>18.096</u>	<u>13.812</u>	<u>(504)</u>	<u>13.309</u>

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Sociedade no período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018:

Imobilizado	31 de Dezembro de 2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	Baixa Depreciação	31 de Dezembro de 2018
Imóveis	11.697	1.081	(14)	(86)	(5)	12.673
Móveis e Utensílios	880	1.304	(125)	(86)	3	1.976
Instalações	16	17	-	(2)	-	31
Máquinas e Equipamentos	7	-	-	-	-	7
Veículos	242	49	(81)	(16)	16	210
Equipts. de Informática	163	252	-	(49)	-	366
Software	170	31	-	(23)	(14)	164
Obras em Andamento	57	1.627	-	-	-	1.684
Terrenos	77	908	-	-	-	985
Total	<u>13.309</u>	<u>5.269</u>	<u>(220)</u>	<u>(262)</u>	<u>-</u>	<u>18.096</u>

**Nota 11. Fornecedores**

A sociedade possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante, (com prazo de vencimento em até 12 meses), conforme apresentado:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Fornecedores Farmácia	21	16
Outros Fornecedores	84	72
	<u>105</u>	<u>88</u>

**Nota 12. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Pensão Judicial	1	-
INSS a Recolher	58	40
PIS sobre a Folha de Pagamento	2	2
	<u>61</u>	<u>42</u>

**Nota 13. Obrigações Fiscais e Tributárias**

O saldo da conta está composto da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
IRRF s/ Folha a Recolher	0	7
IRRF/CS s/Serviços Prestados – PJ a Recolher	0	1
PIS/COFINS a Recolher	0	2
ICMS a Recolher	1	2
INSS a Recolher	1	0
	<u>2</u>	<u>12</u>

**Nota 14. Provisão p/Férias e Encargos**

A seguir estão demonstrados os saldos das provisões de férias dos funcionários, posição em 31/dez./18:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Provisão p/Férias	84	73
Provisão de FGTS s/Férias	7	6
Provisão de INSS s/Férias	20	19
	<u>111</u>	<u>98</u>

**Nota 15. Outras Contas a Pagar**

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Cheques a Compensar	31	62
Honorários Médicos	13	4
Adiantamento de Clientes Loja	63	54
Aluguel e Condomínio a Pagar	5	5
	<u>112</u>	<u>125</u>

**Nota 16. Provisão para Contingências**

O saldo em dezembro de 2018 e 2017, respectivamente está assim composto:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Processos Trabalhistas - Provável	0	8
	<u>0</u>	<u>8</u>

O cálculo dos valores é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são reconhecidos contabilmente os valores relativos aos processos cujo prognóstico de perda é considerado provável.

**Nota 17. Receita Operacional Líquida**

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
(+) Receita Operacional Bruta		
Receita com Anuidades	10.831	9.525
Receita com Vendas de Medicamentos	1.060	1.075
Royalties Recebidos	1	10
Revenda de Mercadorias	988	1.007
Verbas de Patrocínio	1.611	599
Outras Receitas	182	124
(-) Deduções da Receita Bruta		
Impostos e Contribuições	(33)	(27)
Devoluções e Abatimentos	(1)	(19)
Receita Operacional Líquida	<u>14.639</u>	<u>12.294</u>

**Nota 18. Resultado Financeiro**

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
(+) Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicações	443	704
Descontos Obtidos	15	5
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(178)	(162)
Juros Pagos	(3)	(2)
Despesas com Cartão de Crédito	(26)	(24)
Resultado Financeiro	<u>251</u>	<u>521</u>

**Nota 19. Seguros**

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía apólices de seguro contratadas junto as seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos de cobertura patrimonial e de riscos diversos para cobertura dos veículos, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Entidade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.